

Alencar—Político e Estadista

Rubens Falcão

Ao aproximar-se o centenário da morte desse a quem chamou Machado de Assis “o chefe da literatura nacional” e Ronald de Carvalho “o maior poeta épico da raça brasileira”, tentaremos aqui um pequeno esboço do político e estadista que também foi.

No Brasil, tem sido quase sempre o publicismo literário que conduz à atuação na vida pública. Não poderia fugir à regra o nosso primeiro romancista, cujo pai, como é sabido, foi senador do Império e, por duas vezes, presidente de sua província natal. Alencar seria político, mas não se casaria bem com a política. Por sua formação, diferente de muitos com quem iria esgrimir dentro e fora dos conselhos da Coroa; homem de honestidade inatacável e austeros princípios; franco demais nas suas atitudes, que não lhe permitiam ir bajular o Imperador em São Cristóvão, era inevitável se retirasse da arena amargurado, porém sem abdicar das suas opiniões e idéias. “Tropeçou na antipatia dos colegas de gabinete e viu avolumar-se a onda dos descontentes e reacionários. Espírito pouco afeito à rígida disciplina dos mandatos, ator que gostava de ficar com os movimentos livres, cedo viu desfazer-se a miragem que o empolgara levando-o rapidamente ao poder. Seus princípios e ilusões chocaram-se contra os hábitos e fórmulas dominantes; mas restou-lhe na queda o direito de cair de pé.” (Osvaldo Orico). Assim é que “sofrem e morrem muitos homens de bem, esmagados pela estolidez de opres-

sores inconscientes”, dizia o Visconde de Ouguela, respondendo, no parlamento português, a Cabral Ribeiro.

Aspirando a uma cadeira de deputado na representação cearense, viajou Alencar, em 1860, à terra-berço. Trouxe de lá, com o mandato, o manuscrito de *Iracema*, estreando-se a 23 de maio do ano seguinte na tribuna parlamentar. Era natural se esperasse que o jovem deputado, conhecido de ponta a ponta como romancista, poeta, cronista, teatrólogo, jornalista, com o seu nome firmado nos arrais literários fluminenses, exhibisse na tribuna aqueles predicados que distinguiam vários dos seus pares. Mas o contrário foi o que aconteceu: não lhe ajudavam a voz, os gestos, o físico franzino. Uma terrível inibição parecia dominá-lo; não foi feliz a defesa que ensaiara do diploma contestado do Dr. Domingos Jaguaribe, seu conterrâneo. O desapontamento foi geral. Nem mesmo os amigos deixavam de lamentá-lo. Em comentários à boca-pequena, diziam os colegas que ele deveria volver aos seus folhetins. . . . “A sua eloqüência” — escreve Araripe Júnior, sobrinho do romancista — “não era espontânea e tumultuosa; ele tinha defeitos a corrigir e dificuldades materiais a vencer. Compreendeu isto e retraiu-se; de sorte que, naquele tempo, o obscuro deputado estava bem longe de mostrar a toga do orador, que o tempo e o esforço converteriam no ministério de *16 de julho*, no competidor de Zacarias e Silveira Martins.” Outras vezes voltou Alencar à tribuna, de onde, como Disraeli no parlamento inglês (o símile tem sido invocado) teria dito: “Vou assentar-me agora; mas chegará o tempo em que havereis de ouvir-me”. Esse tempo não tardou a chegar, o recinto e as galerias cheios de espectadores e de curiosos, que o escutavam em completo, religioso silêncio. Teófilo Ottoni já não se atreveria a repetir a frase desalentada — “nem de longe lembra o pai. . . .”

Depõe Araripe que José de Alencar, “por um esforço sem exemplo, conseguira romper os obstáculos que o afastavam da tribuna, teve dias no parlamento de verdadeiras glórias oratórias. Há discursos seus que revelam uma força de vontade admirável; é quase incrível que aquele homem houvesse, com o estudo de gabinete, chegado a adquirir qualidades que só o exercício e a luta concedem, por último, aos esforçados,

como prêmio de incessantes sacrifícios. Se a eloquência está no nervo da frase e no arrastamento do espírito, ele a teve; e os seus discursos foram, nesse tempo, talvez os mais solenemente escutados.” Enfrentou com galhardia a dois fortes adversários, dois gigantes da tribuna, que tudo fizeram para esmagá-lo: Silveira Martins e Zacarias de Góis e Vasconcelos. A ambos derrotou, fazendo o segundo “recuar como um Júpiter de ópera cômica, com o raio de folha-de-flandres amarrutado.”

Era do conhecimento geral que não dispunha das graças de D. Pedro II aquele seletto espírito. Invejoso da ventura alheia, nunca viu o soberano com bons olhos os triunfos literários de José de Alencar. Detestava “cordialmente” o seu Ministro da Justiça e dizia-se que, quando este morreu, exclamara: “Era um homenzinho muito malcriado...” Dizia-se ainda que o Magnânimo chegara a ponto de, com pseudônimo na imprensa, colaborar nos ataques à obra alencarina, fazendo assim coro com Franklin Távora e o mercenário português José Feliciano de Castilho, cujo maior mérito era ser irmão do grande poeta cego Antônio Feliciano de Castilho. (Távora confessou-se, depois, arrependido, como também Joaquim Nabuco, que atacara na mocidade a José de Alencar no seu retorno da Europa).

Profundo desgosto nutria o pai da loura e cândida Ceci por não ver realizado o seu maior sonho — a entrada na câmara vitalícia. Apesar de haver sido o mais votado em lista sêxtupla num pleito ferido em sua terra, teve a mágoa de ver riscado o seu nome pelo *lâpis fatídico* do Imperador. É que desaprovava este a sua candidatura à vaga aberta com a exclusão de Saldanha Marinho. E o fazia de maneira não duvidosa, instigado talvez por membros do gabinete que não suportavam a ascendência intelectual do grande cearense. Ofuscava-os o talento do criador de *Ubirajara*.

É Taunay quem refere o diálogo entre Alencar e D. Pedro II, o qual lhe fora revelado por um jornalista a quem comunicara o próprio candidato o episódio:

— No seu caso — dissera D. Pedro — não me apresentaria agora; o senhor é muito moço...

— Por esta razão, Vossa Majestade devia ter devolvido o ato que o declarou maior antes da idade legal.

— Bem sabe que obedeci a uma razão de Estado.

— É também uma razão de Estado para um político não desamparar o seu direito.

— Faça como entender; dou uma opinião...

— Que vale uma sentença.

“No dia 9 de janeiro de 1860, à tarde, — conta o Visconde — Alencar foi a São Cristóvão e pediu para falar com o Imperador.

— Alguma novidade? — perguntou, surpreso, o monarca.

— Simplesmente coisa que me é relativa. Venho apresentar a Vossa Majestade a minha exoneração do cargo que ocupo nos Conselhos da Coroa.

— Por quê?

— Desacordo com alguns colegas que vai, cada vez mais, se acentuando.

E acrescentou, com decisão:

— Demais, desejo deixar a mais ampla liberdade a Vossa Majestade na questão do Ceará...

— Então o senhor quer destravá-la da confiança coletiva que me inspira o gabinete?

— Exatamente.

— Será o mais acertado?

— Muito refleti e acho que este passo é o da minha dignidade.

— Bem... está conforme com o que o senhor expendeu em relação ao Poder moderador.”

Acrescenta o autor de *Reminiscências*: “No dia seguinte, saiu José de Alencar do Ministério, arrastando em sua retirada ou sendo acompanhado — é de supor sem nenhum entusiasmo — pelo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Joaquim Antão Fernandes de Leão, a quem Cotegipe repreendera em pleno Senado, proferindo o tão comentado aviso, que equivalia a uma injunção: “Tome tento, Sr. Antão!”

Integrou Alencar, como já se viu, o gabinete de 16 de julho, composto de eminentes figuras da monarquia. Era, escreve Raimundo de Meneses, na sua inteligente biografia do glorioso patricio, “quem se revela o mais infatigável trabalha-

dor. Trata, desde logo, de pôr em ordem a sua secretaria. Propõe-se a acabar com o "regime de inatividade a que o sistema em voga reduzia os ministros." Os casos mais simples são postergados a despachos intermináveis, sempre adiados sem qualquer razão plausível. Os ministros intervêm nos negócios das outras pastas, sem qualquer razão, provocando dificuldades a todo transe. Alencar se insurge contra tal estado de coisas, principalmente contra as inúteis discussões sobre questiúnculas sem a menor importância. Amam aqueles velhos políticos esses estéreos debates em família, em que se perdem horas, afinal sem qualquer resultado prático." Querendo trabalhar, como era do seu feitio, tropeçava diante da inércia e má vontade dos companheiros. Isso o acabrunhava, tornava-o irritadiço e tristonho, pressentindo a inutilidade dos seus esforços. Poucos homens públicos terão, mais que José de Alencar, amargado naqueles idos o fel da inveja, do despeito, da ingratidão. "Nunca se lhe fizera uma manifestação, na altura regular, sequer, dos seus merecimentos; e, como tudo tem sua explicação, é preciso dizer que nada concorreu tanto para isto como a aristocracia do seu talento." (Araripe). Um jornal houve, o *Correio Mercantil*, de que fora, por largos anos, folhetinista, que apenas achou isto para dizer de um dos seus deliciosos perfis de mulher — "saiu à luz um livro intitulado *Lucíola*". Era a conspiração do silêncio. O cearense, o mais alto cimo da literatura brasileira, "o primeiro que deu à prosa no Brasil o lavor artístico do estilo aprimorado e brilhante" (João Ribeiro), não chegou a ver a consagração do seu nome como escritor, ele, o mais nacionalista dos escritores nacionais. "Foi durante o curto período de vinte e cinco anos — escreveu Sílvio Romero, *já penitente*, — que Alencar produziu toda a sua obra, prodigiosa de raptos de eloquência e de fulgurações de estilo. Pode-se dizer que não ficou recanto de nosso viver histórico-social em que não tivesse lançado um raio de seu espírito."

E, por tudo isso, o seu nome não passará sobre a terra...

Niterói, maio de 1977.